

Banco Société Générale

Brasil S.A.

**Demonstrações financeiras consolidadas do
conglomerado prudencial para os semestres
findos em 30 de junho de 2019 e de 2018.**

Banco Société Générale Brasil S.A.

Demonstra es financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

30 de junho de 2019 e 2018

 ndice

Relat�rio do auditor independente sobre as demonstra�es financeiras.....	1
Demonstra�es financeiras auditadas	
Balan�os patrimoniais.....	5
Demonstra�es do resultado	7
Demonstra�es das muta�es do patrim�nio l�quido	8
Demonstra�es dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas �s demonstra�es financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco Société Générale Brasil S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Société Générale Brasil S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião com ressalva

A controlada SG Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência de depreciação, classificada no ativo permanente (nota explicativa 3). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº. 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante, realizável a longo prazo e rendas de arrendamento, mas resultam na adequada apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O Banco Société Générale Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às institui es autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modifica es, em 21 de agosto de 2019.

Outras informa es que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administra o do Banco   responsável por essas outras informa es que compreendem o Relatório da Administra o.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administra o e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade   a de ler o Relatório da Administra o e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distor o relevante no Relatório da Administra o, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administra o e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administra o   responsável pela elabora o e adequada apresenta o das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elabora o de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distor o relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.



Building a better
working world

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Emerson Morelli
Contador CRC- 1SP249401/O-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2019	2018
CIRCULANTE		12.935.458	16.906.264
Disponibilidades	5	33.924	64.402
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	3.443.149	5.449.521
Aplicações no mercado aberto		3.443.149	5.449.521
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	400.062	1.541.486
Carteira própria		52.961	595.865
Vinculados à prestação de garantias		187.400	369.540
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	159.701	576.081
Relações interfinanceiras		1.016	1.435
Pagamentos e recebimentos a liquidar		-	1
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil		131	384
Créditos vinculados - Correspondentes		885	1.050
Relações interdependências		24	-
Transferências internas de recursos		24	-
Operações de crédito		561.534	429.798
Operações de crédito - setor privado	9.a	563.009	431.178
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	11	(1.475)	(1.380)
Operações de arrendamento mercantil	10	(8.263)	(20.952)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado		243.916	302.762
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público		30.921	55.157
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado		(242.741)	(300.755)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público		(30.921)	(55.157)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	11	(9.438)	(22.959)
Outros créditos		8.501.058	9.435.580
Carteira de câmbio	12	8.161.562	9.295.665
Rendas a receber		298	202
Negociação e intermediação de valores	8	6.330	42.823
Diversos	13.a	345.385	116.650
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	11	(12.517)	(19.760)
Outros valores e bens		2.954	4.994
Outros valores e bens		2.312	4.120
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		-	(1)
Despesas antecipadas	14	642	875
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.452.813	3.226.481
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	15.226	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		15.226	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	397.001	481.662
Carteira própria		-	7.978
Vinculados à prestação de garantias		296.993	211.008
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	100.008	262.676
Operações de crédito		51.229	289.264
Operações de crédito - setor privado	9.a	51.646	290.007
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	11	(417)	(743)
Operações de arrendamento mercantil	10	(8.930)	-
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado		241.164	455.710
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público		1.062	30.075
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado		(241.164)	(455.710)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público		(1.062)	(30.075)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	11	(8.930)	-
Outros créditos		1.997.459	2.454.314
Carteira de câmbio	12	1.452.191	1.965.880
Diversos	13.a	545.630	488.549
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	11	(362)	(115)
Outros valores e bens		828	1.241
Despesas antecipadas	14	828	1.241
PERMANENTE		511.714	789.389
Investimentos		19	20
Outros investimentos		19	20
Imobilizado de uso		5.382	3.465
Imóveis de uso		-	3
Outras imobilizações de uso		15.352	13.697
Depreciações acumuladas		(9.970)	(10.235)
Imobilizado de arrendamento	10	506.130	785.697
Bens arrendados		1.053.618	1.201.094
Superveniências de depreciações		154.165	175.154
Perdas de arrendamento a amortizar		70.194	110.452
Depreciações acumuladas		(730.703)	(641.680)
Amortização de perdas de arrendamento		(41.144)	(59.323)
Intangível		183	207
Outros ativos intangíveis		659	607
Amortização acumulada de outros intangíveis		(476)	(400)
TOTAL DO ATIVO		15.899.985	20.922.134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Nota explicativa	2019	2018
CIRCULANTE		12.123.682	15.924.627
Depósitos	16	257.839	292.613
Depósitos à vista		4.148	6.715
Depósitos interfinanceiros		-	60.052
Depósitos a prazo		253.691	225.846
Captações no mercado aberto		23.646	675.587
Carteira de Terceiros	17	7.000	433.032
Carteira de Livre Movimentação		16.646	242.555
Relações interfinanceiras		-	1
Recebimentos e pagamentos a liquidar		-	1
Relações interdependências		7.493	14.708
Recursos em trânsito de terceiros		7.493	14.708
Obrigações por empréstimos e repasses	18	3.580.206	6.149.253
Empréstimos no País		1.081	2.078
Empréstimos no exterior		3.578.641	6.145.603
Repasses do exterior		52	211
Repasses do País - FINAME		432	1.361
Instrumentos financeiros derivativos		181.926	601.869
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	181.926	601.869
Outras obrigações		8.072.572	8.190.596
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		165	720
Carteira de câmbio	12	7.916.087	8.036.220
Fiscais e previdenciárias	13.b	75.887	103.432
Negociação e intermediação de valores	8	280	107
Diversas	13.c	80.153	50.117
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		2.306.925	3.585.374
Depósitos	16	5.917	70.332
Depósitos a prazo		5.917	70.332
Obrigações por empréstimos e repasses	18	150.217	637.927
Empréstimos no País		3.109	4.192
Empréstimos no exterior		146.938	631.738
Repasses do exterior		-	54
Repasses do País - FINAME		170	1.943
Instrumentos financeiros derivativos		217.506	421.151
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	217.506	421.151
Outras obrigações		1.933.285	2.455.964
Carteira de câmbio	12	1.520.917	2.008.156
Fiscais e previdenciárias	13.b	51.701	33.099
Diversas	13.c	360.667	414.709
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	19	8.283	16.071
Resultado de exercícios futuros		8.283	16.071
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	1.461.095	1.396.062
Capital social		2.956.929	2.956.929
Reserva de capital		2.374	2.187
Ajustes de avaliação patrimonial		(5.338)	7.826
Prejuízos acumulados		(1.492.870)	(1.570.880)
TOTAL DO PASSIVO		15.899.985	20.922.134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais - R\$)	Nota explicativa	2019	2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		415.220	1.619.696
Operações de crédito		45.254	24.273
Operações de arrendamento mercantil		181.080	245.144
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		316.497	251.447
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	(127.611)	1.098.832
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(186.673)	(1.487.092)
Operações de captações no mercado		(32.929)	(45.051)
Operações de arrendamento mercantil		(148.192)	(185.527)
Operações de empréstimos e repasses		104.025	(1.205.409)
Resultado de operações com câmbio		(117.660)	(47.649)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	266	(8)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	11	2.150	262
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	11	5.667	(3.710)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		228.547	132.604
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(70.525)	(87.617)
Receitas de prestação de serviços		13.993	14.477
Rendas de tarifas bancárias		45	32
Despesas de pessoal		(75.611)	(58.681)
Outras despesas administrativas	23	(37.571)	(37.722)
Despesas tributárias		(15.841)	(14.706)
Outras receitas operacionais	24	63.018	44.488
Outras despesas operacionais	25	(18.558)	(35.505)
RESULTADO OPERACIONAL		158.022	44.987
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		6.533	9.423
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		164.555	54.410
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21	(40.778)	23.289
Provisão para imposto de renda corrente		(26.930)	7.360
Provisão para contribuição social corrente		(14.972)	(962)
Imposto diferido		1.124	16.891
LUCRO LÍQUIDO NO SEMESTRE		123.777	77.699

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2.956.929	2.294	6.878	(1.648.579)	1.317.522
Plano de pagamento baseado em ações	-	-	-	-	-
-Controlador	-	(160)	-	-	(160)
-Controladas	-	53	-	-	53
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	948	-	948
Lucro líquido do semestre	-	-	-	77.699	77.699
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	<u>2.956.929</u>	<u>2.187</u>	<u>7.826</u>	<u>(1.570.880)</u>	<u>1.396.062</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	<u>2.956.929</u>	<u>2.294</u>	<u>9.474</u>	<u>(1.616.647)</u>	<u>1.352.050</u>
Plano de pagamento baseado em ações	-	-	-	-	-
-Controlador	-	70	-	-	70
-Controladas	-	10	-	-	10
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(14.812)	-	(14.812)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	123.777	123.777
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019	<u>2.956.929</u>	<u>2.374</u>	<u>(5.338)</u>	<u>(1.492.870)</u>	<u>1.461.095</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais)

	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	123.777	77.699
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa	121.310	1.356.655
Depreciações e amortizações	23 128.829	171.313
Insuficiência (Superveniência) de depreciação	16.802	(19.059)
(Reversão) provisão para créditos de liquidação duvidosa	11 (266)	8
(Reversão) constituição de Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	11 (5.667)	3.448
Provisão para perdas com outros créditos	11 (2.150)	-
Atualização de créditos tributários	24 (947)	(679)
Atualização de depósitos judiciais	24 (7.469)	(7.990)
Constituição/reversão de provisão para riscos	15 (ii) (42.798)	(4.414)
Atualização de riscos	15 (ii) 3.644	2.979
Impostos diferidos	21 (1.124)	(16.891)
Variação cambial de operações de crédito e empréstimos	45.016	1.223.643
Juros sobre empréstimos	2.172	3.456
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação	(14.812)	948
Provisão (reversão) para pagamento de plano de ações	80	(107)
Lucro líquido ajustado	245.087	1.434.354
Variação de ativos e obrigações	(5.045.726)	(1.185.267)
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	5.850.129	(217.516)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	1.138.174	6.000
Aumento em operações de arrendamento mercantil	(472)	(4.139)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências	4.584	(60.542)
Aumento em operações de crédito	119.806	(213.759)
Aumento em outros créditos	7.983.658	(3.395.281)
(Aumento) redução em despesa antecipada	361	(473)
Aumento redução em outros valores e bens	(2.032)	(1.562)
Aumento (redução) em depósitos	(168.911)	(243.353)
Aumento (redução) no mercado aberto	(5.323.591)	(178.688)
Aumento em obrigações por empréstimos	(7.066.267)	308.929
Aumento em outras obrigações	(7.511.798)	2.605.025
Aumento em instrumentos financeiros derivativos	(66.485)	217.194
Redução em resultados de exercícios futuros	(2.882)	(7.102)
Caixa líquido investido nas atividades operacionais	(4.800.639)	249.087
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	-	1
Alienação de investimentos	8	-
Aquisição de imobilizado de uso	(2.814)	(229)
Alienação de imobilizado de uso	8	32
Aquisição de imobilizado de arrendamento mercantil	(25.050)	(92.388)
Alienação de imobilizado de arrendamento	11.741	94.608
Caixa líquido investido nas atividades de investimento	(16.107)	2.024
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA NO SEMESTRE	(4.816.746)	251.111
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE	8.293.819	4.605.306
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE	5 3.477.073	4.856.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA OS SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco” ou “Institui o”), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas opera es são conduzidas no contexto de um conjunto de institui es que atuam integradamente no mercado financeiro. Certas opera es têm a co-participa o ou a intermedia o de institui es associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil (“Conglomerado” ou “Consolidado”). O benefício dos serviços prestados entre essas institui es e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

O suporte das opera es do Banco a empresa controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil vem sendo realizadas através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França).

2. APRESENTA O DAS DEMONSTRA ES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstra es financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instru es do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Institui es do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstra es financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas conforme princípios de consolida o emanados da legisla o societária brasileira e abrangem em junho de 2019 e junho 2018 o Banco Société Générale Brasil S.A. (líder do conglomerado) e sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, cuja elabora o das demonstra es financeiras individuais   de responsabilidade direta de cada empresa, sendo a consolida o geral elaborada pelo líder do Conglomerado. As demonstra es financeiras são elaboradas de forma consolidada do Conglomerado Prudencial.

As demonstra es contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolu o n  4.280 de 31 de outubro de 2013 CMN e Circular n  3.701 de 31 de março de 2014 do Banco Central do Brasil (BACEN) que, estabelecem procedimentos para a elabora o, a divulga o e a remessa ao BACEN destas demonstra es.

Estas demonstra es financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 29 de agosto de 2019.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apura o do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a opera es com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As opera es com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As opera es com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelas instituições para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução CMN nº. 3.604/08.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Conforme estabelecido pela Circular BACEN 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os títulos classificados como “para negociação” e “disponíveis para venda” são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços .

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “para negociação” são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “disponíveis para venda” são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquido dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “swap”, de futuros, opções e operações a termo e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de “swap” - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período. Certos contratos de “swap” foram contratados em negociação associada a operações de crédito e, conforme permitido pelo BACEN, não foram ajustados ao valor de mercado;
- Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa;
- Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos; e

- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo até o exercício, agregando os custos inerentes ou transferido o valor total dos prêmios quando do não exercício para o resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria "hedge" de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.
- Para aqueles classificados na categoria "hedge" de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

f) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de "Rendas a apropriar de arrendamento mercantil". As contraprestações de arrendamento são registradas como receitas da intermediação financeira pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável.

As perdas de arrendamento a amortizar correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente as perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica de "Bens arrendados".

g) Valores residuais garantidos

Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de “Valores residuais a realizar”, tendo como contrapartida a rubrica de “Valores residuais a balancear”.

h) Superveniência ou insuficiência de depreciação

Na apuração do resultado do exercício é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos financeiros a receber, utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e operações de arrendamento, registrando a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa, ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é registrada no resultado, na rubrica de “Operações de arrendamento mercantil”, e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa, na rubrica de “Operações de arrendamento mercantil”, tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido.

i) Carteira de câmbio

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases “pró-rata” dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

j) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

k) Investimentos

- As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- As ações da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, obtidas através da transformação da Cetip – Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, registradas ao valor de custo; e
- Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

l) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

m) Depreciações

- Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%; e
- Imobilizado de arrendamento - é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de despesas da intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil.

n) Diferido

É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou de vigência dos contratos de aluguel.

o) Intangível

Inclui também gastos com softwares ao custo de aquisição ou formação, cuja amortização é feita pelo método linear pelo prazo de vigência das licenças de uso para os softwares.

p) Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

q) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

r) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base “pro rata” dia.

s) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for feita uma estimativa confiável, de obrigações presentes que são consideradas prováveis seu risco de perda com saída de recursos para sua liquidação que incorporam benefícios econômicos e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

t) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120. A contribuição social sobre o lucro foi

calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei no 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

u) Mensuração a valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

v) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos riscos fiscais e obrigações legais e recuperação de ativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

w) Pagamento baseado em ações

O Grupo Société Générale (França) oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em a es.

Os planos são reconhecidos como despesa pessoal pr -rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transa o seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquida o seja efetuada em dinheiro.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condu o dos negócios está estabelecido na RAS (Risk Appetite Statement) para o conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil, de acordo com a natureza das opera es e com a complexidade dos produtos, serviços e atividades, e em conformidade com a Res.4557/17 do CMN. Os indicadores de todos os tipos de risco são produzidos e formalmente reportados pelas unidades especializadas na gestão de cada tipo de risco, de forma independente das unidades de negócios.

A  rea de Gestão Integrada dos Riscos monitora estes indicadores para garantir que a exposi o no ultrapasse os limites e as métricas estabelecidas na RAS, e reporta eventuais excessos ao CRO e   Alta Administra o.

A avalia o de todos os riscos   parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco. O processo de gerenciamento de riscos   realizado de forma integrada e consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A.

O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital requerido pela Resolu o 4.557 que não fazem parte dessas Demonstra es Financeiras está disponível no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br

I. Risco de crédito

Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito do Banco é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira.

II. Risco de mercado

A área de Risco de Mercado utiliza metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Banco com agilidade, transparência e alto grau de confiança. É a área responsável pela implementação da estrutura de risco de mercado no Banco, sendo independente das áreas de negócio, com funções específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identificação, a avaliação, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomendações do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o processo de gerenciamento de risco, em conformidade com normas internas e externas. Essa área informa a Administração sobre a exposição aos riscos de mercado e divulga as informações sobre o risco de mercado aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas.

III. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações.

IV. Risco operacional

A gestão de risco operacional do Conglomerado do Société Générale Brasil (“CSGB”)   feita de forma contínua e integrada quanto a governança, relatórios de monitoramento, treinamento e comunica o para garantir a eficácia dos processos, de acordo com as diretrizes do Grupo Société Générale na França, com as exigências da Basiléia II, com a Resolu o 4.557/17 do Banco Central do Brasil e com a Política de Gestão Integrada de Riscos do Conglomerado do Société Générale Brasil.

A estrutura inclui o monitoramento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da institui o, prevendo os respectivos planos de contingências, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos de Terceiros do Conglomerado do Société Générale Brasil.

A atividade de gerenciamento do risco operacional   executada por um departamento específico, segregado da unidade executora e da atividade de auditoria interna.

Conforme a Resolu o CMN n  4.557 de 23 de fevereiro de 2017, o Banco identifica e monitora a sua exposi o ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avalia o de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basiléia II (nota explicativa n  26); essa avalia o   revisada periodicamente e desencadeia planos de a oes mitigantes a partir de um certo nível de exposi o; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de a oes corretivas; v) controles de conformidade e de preven o   lavagem de dinheiro (“compliance”); vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientiza o dos colaboradores.

Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as a oes mitigantes consideradas necessárias.

Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 04 de março de 2013, e alterada pela Circular nº 3.675, de 31 de outubro de 2013, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular BACEN no 3.678, de 31 de outubro de 2013, alterada pela Circular nº 3.716, de 21 de agosto de 2014, estão publicadas em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Gestão de Riscos, os quais não fazem parte dessas Demonstrações Financeiras.

V. Risco de capital

O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado prevendo:

I - mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria e conselho de administração;

II - plano de capital abrangendo o horizonte de três anos;

III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;

As informações acima são formalizadas através de Planos de Capital de cada empresa e então submetidos ao COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO (CGCRLMG).

O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do CGCRLMG, que se reúne mensalmente.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilidades	33.924	64.402
Aplicações no mercado aberto	<u>3.443.149</u>	<u>4.792.015</u>
Total	<u><u>3.477.073</u></u>	<u><u>4.856.417</u></u>

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2019	A vencer até 3		Total
	meses	De 1 a 3 anos	
Aplicações no mercado aberto	3.443.149	-	3.443.149
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	15.226	15.226
Total	3.443.149	15.226	3.458.375

Em 30 de junho de 2018	A vencer até 3		Total
	meses	De 1 a 3 anos	
Aplicações no mercado aberto	5.449.521	-	5.449.521
Total	5.449.521	-	5.449.521

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários por categoria:

	2019		2018	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria:	52.984	52.961	617.946	603.843
Títulos para negociação:	52.984	52.961	609.971	595.865
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	20.087	20.092	23.431	23.436
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.121	4.214	249.414	248.805
Notas do Tesouro Nacional - NTN	28.776	28.655	179.743	166.241
Debêntures	-	-	157.383	157.383
Títulos disponíveis para venda:	-	-	7.975	7.978
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	7.975	7.978
Vinculados à prestação de garantias:	466.668	484.393	570.089	580.548
Títulos para negociação:	48.650	48.534	159.427	156.491
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	34.728	34.734	52.654	52.019
Notas do Tesouro Nacional - NTN	13.922	13.800	106.773	104.472
Títulos disponíveis para venda:	418.018	435.859	410.662	424.057
Letras do Tesouro Nacional - LTN	353.959	371.793	358.395	371.784
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	30.818	30.825	21.006	21.012
Certificado de Depósito Bancário	33.241	33.241	31.261	31.261
Total	519.652	537.354	1.188.035	1.184.391

b) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria disponível para venda:

Títulos disponíveis para venda		2019			
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	30.818	30.825	7	(3)	4
Letras do Tesouro Nacional - LTN	353.959	371.793	17.834	(7.134)	10.700
Cotas de fundos de investimento	33.241	33.241	-	-	-
Total	418.018	435.859	17.841	(7.137)	10.704

Títulos disponíveis para venda		2018			
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	28.981	28.990	9	(4)	5
Letras do Tesouro Nacional - LTN	358.395	371.784	13.389	(6.025)	7.364
Cotas de fundos de investimento	31.261	31.261	-	-	-
Total	418.637	432.035	13.398	(6.029)	7.369

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo.

A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação. O banco recebeu no primeiro semestre de 2019 R\$ 160.119 em debêntures como novação de uma dívida não paga de execução e uma garantia prestada referente ao ano de 2015. Essa dívida foi baixada integralmente para prejuízo. No primeiro semestre de 2019 foi reconhecida uma perda permanente no valor R\$ 133.514 no resultado. O ajuste foi baseado no cálculo dos fluxos de caixa da debênture trazidos ao valor presente. Em 30 de junho de 2019, a Administração do banco, baseado na situação econômica da empresa, efetuou ajuste a valor de mercado negativo no patrimônio líquido de imposto de R\$ 15.963, reconhecendo o valor da debênture zero.

c) Composição por prazo de vencimento

	2019			2018		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
Sem vencimento	101.495	-	101.495	752.356	-	752.356
A vencer até 3 meses	-	33.241	33.241	-	116.241	116.241
A vencer entre 3 e 12 meses	-	105.625	105.625	-	96.808	96.808
A vencer entre 1 e 3 anos	-	296.993	296.993	-	218.986	218.986
Total	101.495	435.859	537.354	752.356	432.035	1.184.391

d) Composição por emissor

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Títulos para negociação	<u>101.495</u>	<u>752.356</u>
Públicos	<u>101.495</u>	<u>594.973</u>
Governo Federal	<u>101.495</u>	<u>594.973</u>
Privado	<u>-</u>	<u>157.383</u>
Debêntures	<u>-</u>	<u>157.383</u>
Títulos disponíveis para venda	<u>435.859</u>	<u>432.035</u>
Públicos	<u>402.618</u>	<u>400.774</u>
Governo Federal	<u>402.618</u>	<u>400.774</u>
Privado	<u>33.241</u>	<u>31.261</u>
Instituições financeiras	<u>33.241</u>	<u>31.261</u>
Total	<u><u>537.354</u></u>	<u><u>1.184.391</u></u>

e) Instrumentos financeiros derivativos

As instituições participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas. Demonstramos a seguir a relação dos derivativos por indexador:

e.1) “Swap” e NDF

Em 30 de junho de 2019

Swaps e NDF's

Indexador	Valor de referência		
	Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão	Curva	Mercado
CDI x DÓLAR	50.000	(729)	(398)
CDI x EURIBOR 3M (Fluxo de caixa)	418.720	(21.155)	(32.337)
CDI x EURO BFIX NY 8h	91.958	2.771	3.418
CDI x LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	120.622	(4.024)	(4.071)
CDI x LIBOR US\$ 6M (Fluxo de caixa)	465.000	(43.491)	(42.573)
CDI x PRÉ	789.049	(38.192)	(129.615)
CDI x PRÉ (Fluxo de caixa)	28.418	(2.710)	(4.448)
DÓLAR (NDF)	1.073.222	(11.803)	(18.586)
DÓLAR x CDI	271.217	(8.405)	(10.185)
DÓLAR x CDI (Fluxo de caixa)	66.220	11.015	10.830
DÓLAR x EURIBOR 6M (Fluxo de caixa)	40.049	(344)	235
DÓLAR X LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	43.197	(140)	(305)
DÓLAR X LIBOR US\$ 6M (Fluxo de caixa)	56.475	11	2.159
EURIBOR 3M x EURO BFIX Londres (Fluxo de caixa)	154.003	(41)	(706)
EURIBOR 3M x EuroREUTERS 11 NY (Fluxo de caixa)	264.164	(57)	(7.704)
EURIBOR 6M x EuroREUTERS 11 NY (Fluxo de caixa)	40.049	(22)	(914)
EURO (NDF)	827.516	(20.932)	(15.445)
EURO BFIX Londres (NDF)	32.618	(1.320)	(954)
EURO BFIX NY 8h x CDI Cetip	91.349	(1.742)	(2.350)
EuroREUTERS 11 NY (NDF)	26.184	(1.706)	(2.172)
LIBOR US\$ 3M x Dólar (Fluxo de caixa)	500.426	209	(8.518)
LIBOR US\$ 6M x Dólar (Fluxo de caixa)	524.442	110	(9.314)
PRÉ (NDF)	1.836.098	19.740	35.751
PRÉ x CDI	1.055.539	(1.451)	7.355
PRÉ x DÓLAR	304.953	(4.308)	6.956
PRÉ x DÓLAR (Fluxo de caixa)	47.757	(9.243)	(4.094)
PRÉ x Euro BFIX Londres (Fluxo de caixa)	30.026	511	949
PRÉ x Euro BFIX Londres	109.682	933	3.072
PRÉ X EURO (Fluxo de caixa)	692.636	13.902	30.728
PRÉ X EURO	273.533	12.666	28.369
PRÉ x EuroREUTERS 11 NY	123.830	5.570	7.365
PRÉ X LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	336.794	14.545	17.779
Total	10.785.746	(89.832)	(139.723)

Em 30 de junho de 2018

Swaps e NDF's

<u>Indexador</u>	<u>Valor de referência</u>		
	<u>Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão</u>	<u>Curva</u>	<u>Mercado</u>
CDI x DÓLAR	42.408	(6.430)	(6.421)
CDI x EURO	100.000	(12.041)	(11.590)
CDI x IPCA	29.100	(499)	(828)
CDI x LIBOR (Fluxo de caixa)	425.325	(46.984)	(43.808)
CDI x PRÉ	634.930	(15.515)	(23.693)
CDI x PRÉ (Fluxo de caixa)	107.668	(367)	(1.567)
DÓLAR (NDF)	2.628.430	28.604	36.403
DÓLAR x CDI (Fluxo de caixa)	200.284	38.522	34.962
DÓLAR X LIBOR U\$ 3M (Fluxo de caixa)	151.317	(343)	(2.387)
EURO (NDF)	1.004.108	2.907	16.880
EUR BFIX NY 8h x CDI CETIP	110.073	4.491	5.104
IPCA x CDI	29.200	419	744
LIBOR X DÓLAR (Fluxo de caixa)	579.770	679	1.693
PRÉ x CDI	3.073.908	(88.149)	(93.187)
PRÉ x DÓLAR	476.736	(36.019)	(13.380)
PRÉ x DÓLAR (Fluxo de caixa)	252.117	(53.407)	(48.994)
PRÉ X EURO	413.415	(19.611)	(21.838)
PRÉ X EURO (Fluxo de caixa)	22.308	(369)	(429)
PRE x EuroREUTERS11NY	109.080	(10.601)	(10.869)
YEN (NDF)	21.551	(930)	(1.062)
TOTAL	<u>10.411.728</u>	<u>(215.643)</u>	<u>(184.267)</u>

	2019		2018	
	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)
<u>Opções flexíveis</u>				
Compra de opção de compra	281.889	34.819	172.146	4.556
Compra de opção de venda	241.920	(34.819)	-	-
Venda de opção de compra	281.889	8.892	172.146	(4.556)
Venda de opção de venda	241.920	(8.892)	-	-
	<u>1.047.618</u>	<u>-</u>	<u>344.292</u>	<u>-</u>

	2019	2018
	Valor dos contratos	Valor dos contratos
<u>Operações a termo</u>		
Compras a termo a receber	-	393.728
Vendas a termo a receber	-	-
Obrigações por compra de termo a pagar	-	(393.724)
Total	<u>-</u>	<u>4</u>

Diferencial e prêmios a receber (pagar) – "Swap", NDF e Opções:

	2019	2018
Curto prazo	159.701	576.081
Longo prazo	100.008	262.676
Saldo registrado no ativo:	<u>259.709</u>	<u>838.757</u>
Curto prazo	(181.926)	(601.869)
Longo prazo	(217.506)	(421.151)
Saldo registrado no passivo:	<u>(399.432)</u>	<u>(1.023.020)</u>
Diferencial líquido a receber/(pagar)	<u>(139.723)</u>	<u>(184.263)</u>

e.2) Mercado futuro

	2019		2018	
	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)
Mercadoria				
DDI	6.651.234	1.494	7.329.490	34.600
DI	4.562.992	513	3.497.171	(663)
Dólar	3.856.371	2.379	1.654.280	8.880
Total	<u>15.070.597</u>	<u>4.386</u>	<u>12.480.941</u>	<u>42.817</u>

No Consolidado, os ajustes a receber das operações do mercado futuro foram registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores”. Vide nota explicativa nº 8.

O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 387.860 (R\$ 371.784 em 2018).

Os contratos de “swap”, NDFs, opções e futuros têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

Em 30 de junho de 2019

	Valores referenciais					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
“Swap”	1.648.542	1.614.270	2.317.178	1.113.594	296.524	6.990.108
NDFs	1.997.396	1.224.917	294.870	269.076	9.379	3.795.638
Futuros	7.788.909	3.424.509	2.840.121	833.752	183.306	15.070.597
Opções	60.004	333.933	653.681	-	-	1.047.618
Total	<u>11.494.851</u>	<u>6.597.629</u>	<u>6.105.850</u>	<u>2.216.422</u>	<u>489.209</u>	<u>26.903.961</u>

Em 30 de junho de 2018

	Valores referenciais					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
“Swap”	441.393	2.499.254	2.759.308	965.263	92.420	6.757.638
NDFs	1.721.039	963.995	678.776	274.421	15.859	3.654.090
Futuros	4.467.027	3.992.469	3.063.737	939.375	18.333	12.480.941
Operações a Termo	393.724	-	-	-	-	393.724
Opções	344.292	-	-	-	-	344.292
Total	<u>7.367.475</u>	<u>7.455.718</u>	<u>6.501.821</u>	<u>2.179.059</u>	<u>126.612</u>	<u>23.630.685</u>

Os instrumentos financeiros derivativos, apresentaram nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, os seguintes resultados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
NDF	2.789	49.427
Swap	68.099	(252.478)
Mercado futuro	<u>(198.499)</u>	<u>1.301.883</u>
Total	<u>(127.611)</u>	<u>1.098.832</u>

e.3) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

A estratégia de “hedge accounting” de fluxo de caixa das instituições é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à Matriz e seu hedge realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de “hedge”, composta pelo empréstimo – objeto de hedge e os derivativos – instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de “hedge”, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082.

As estruturas de “hedge” são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado.

A avaliação mensal da efetividade dessas estratégias é realizada através do método de análise regressiva. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

Os derivativos utilizados como instrumentos de “hedge” por indexador são representados como segue:

"Hedge" fluxo de caixa	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	Valores de Mercado (BRL)		Valores de Mercado (BRL)	
	<u>USD</u>	<u>CDI</u>	<u>USD</u>	<u>CDI</u>
Empréstimos	(299.929)	-	(430.027)	-
DDI	299.947	(281.769)	420.829	(390.521)
DI	-	250.779	-	360.088
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		(134)		832
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa (45%)		54		(374)

e.4) Cotas de fundo de investimento

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
	<u>Ativo/(Passivo)</u>	
FI LIQUIDEZ CÂMARA BM&FBOVESPA MULTIMERCADO		
Quantidade cotas	<u>299.779,4947942</u>	<u>299.779,4947942</u>
Saldo	<u>33.241</u>	<u>31.262</u>

8. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

Ativo – Outros créditos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Operação:</u>		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	4.386	42.817
Swap	1.944	-
Outros	-	6
Total	<u>6.330</u>	<u>42.823</u>

Passivo – Outras obrigações

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Operação:</u>		
Provisão de comissão de clientes da carteira de câmbio	280	107
Total	<u>280</u>	<u>107</u>

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Empréstimos e títulos descontados	183.530	179.832
Financiamentos	<u>431.125</u>	<u>541.353</u>
Total das operações de crédito	<u>614.655</u>	<u>721.185</u>
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 12)	338.288	1.210.877
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 12)	5.037	9.176
Outros créditos – títulos e créditos a receber (nota explicativa nº 13)	<u>167.600</u>	<u>69.298</u>
Total de outros créditos	<u>510.925</u>	<u>1.289.351</u>
Total de operações de arrendamento mercantil (nota explicativa nº 10)	<u>478.646</u>	<u>750.867</u>
Total do risco da carteira	<u>1.604.226</u>	<u>2.761.403</u>

b) Diversificação por atividade:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Setor privado:		
Indústria	786.755	1.481.344
Comércio	251.697	484.677
Instituições financeiras	153.483	185.803
Pessoas físicas	200	187
Prestação de serviços	199.209	231.940
Outros serviços	181.652	294.645
Setor público		
Governo federal	<u>31.230</u>	<u>82.807</u>
Total	<u>1.604.226</u>	<u>2.761.403</u>

c) Vencimento:

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Prazo:				
Vencidas	1.415	0,09	9.915	0,36
A vencer até 3 meses	531.826	33,15	346.996	12,57
A vencer de 3 a 12 meses	731.929	45,63	1.515.016	54,86
A vencer de 1 a 3 anos	249.115	15,53	839.388	30,40
A vencer de 3 a 5 anos	89.941	5,61	50.035	1,81
A vencer de 5 a 15 anos	-	-	53	0,00
Total	<u>1.604.226</u>	<u>100,00</u>	<u>2.761.403</u>	<u>100,00</u>

d) Concentração da carteira de crédito:

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>Valor</u>	<u>% sobre a carteira</u>	<u>Valor</u>	<u>% sobre a carteira</u>
Principal devedor (*)	196.811	12,27	401.037	14,52
10 seguintes maiores devedores	865.946	53,98	1.499.342	54,30
20 seguintes maiores devedores	344.444	21,47	607.665	22,01
50 seguintes maiores devedores	123.746	7,71	182.530	6,61
100 seguintes maiores devedores	63.993	4,00	63.175	2,29
Demais devedores	<u>9.286</u>	<u>0,57</u>	<u>7.654</u>	<u>0,27</u>
Total	<u>1.604.226</u>	<u>100,00</u>	<u>2.761.403</u>	<u>100,00</u>

(*) O valor total referente ao principal devedor está mitigado de acordo com as disposições da Resolução 2.921 do BACEN pelo valor de R\$ 401.037 em 2018, não comprometendo assim o percentual de exposição 25% do PR.

e) Nível de risco:

Nível	%	2019			2018		
		Curso Normal	Vencidos	Total	Curso Normal	Vencidos	Total
AA	0,00%	500.719	-	500.719	1.456.533	-	1.456.533
A	0,50%	629.747	-	629.747	735.535	5	735.540
B	1,00%	421.896	-	421.896	466.334	123	466.457
C	3,00%	21.410	164	21.574	44.929	1.315	46.244
D	10,00%	20	42	62	8.748	2.531	11.279
E	30,00%	3.079	990	4.069	12.432	742	13.174
F	50,00%	4.445	54	4.499	3.918	102	4.020
G	70,00%	-	47	47	-	98	98
H	100,00%	21.495	118	21.613	23.059	4.999	28.058
		<u>1.602.811</u>	<u>1.415</u>	<u>1.604.226</u>	<u>2.751.488</u>	<u>9.915</u>	<u>2.761.403</u>

f) Provisão por nível de risco:

Nível	2019		2018	
	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	500.719	-	1.456.533	-
A	629.747	3.149	735.540	3.677
B	421.896	4.219	466.457	4.674
C	21.574	647	46.244	1.387
D	62	6	11.279	1.128
E	4.069	1.221	13.174	3.953
F	4.499	2.250	4.020	2.010
G	47	34	98	70
H	21.613	21.613	28.058	28.058
Provisão mínima	<u>1.604.226</u>	<u>33.139</u>	<u>2.761.403</u>	<u>44.957</u>
Total		<u>33.139</u>		<u>44.957</u>

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL

As operações de arrendamento financeiro são contratadas, principalmente, de acordo com a taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem.

O valor dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados pelos seus valores presentes, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

Arrendamento financeiro:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Arrendamentos a receber - setor privado	485.080	756.011
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado	(483.905)	(754.004)
Arrendamentos a receber - setor público	31.983	85.232
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público	(31.983)	(85.232)
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação	322.915	554.614
Superveniência de depreciação	154.165	175.154
Perdas de arrendamento a amortizar líquidas	29.050	51.129
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 13 c)	(28.659)	(34.393)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	<u>478.646</u>	<u>748.511</u>

Arrendamento operacional:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Arrendamentos a receber - setor privado	-	2.356
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	-	(2.356)
Total	<u>-</u>	<u>-</u>

	Taxa anual de Depreciação (%)	<u>2019</u>	<u>2018</u>
a) Bens Arrendados - Arrendamento Financeiro			
Máquinas e equipamentos	14,29%	581.480	633.019
Móveis e utensílios	0,00%		-
Equipamentos de informática	28,57%	414.650	484.837
Veículos e afins	28,57%	10.151	14.815
Aeronaves	28,57%	47.337	55.614
Superveniência de depreciação		154.165	175.154
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas		29.050	51.129
Depreciação acumulada		(730.703)	(633.670)
Total		<u>506.130</u>	<u>780.898</u>

	Taxa anual de Depreciação (%)	<u>2019</u>	<u>2018</u>
b) Bens Arrendados - Arrendamento Operacional			
Equipamentos de Informática	28,57%	-	12.809
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas			
Depreciação acumulada		-	(8.010)
Total		<u>-</u>	<u>4.799</u>

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

11. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A movimentação da provisão para operações de crédito, outros créditos e operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é assim resumida:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial	44.664	46.962
Constituição	881	3.710
Reversão	(8.964)	(254)
Baixas	(3.442)	(5.461)
Saldo final	<u>33.139</u>	<u>44.957</u>
Curto prazo	23.430	44.099
Longo prazo	9.709	858

No consolidado, durante o semestre findo em 30 de junho de 2019, não houve recuperação de créditos anteriormente baixados contra provisão para créditos de liquidação duvidosa. (R\$ 3.830 em 2018).

No consolidado o valor das operações de créditos e outros créditos renegociados durante o semestre findo em 30 de junho de 2019 foi R\$ 0 (R\$ 0 em 2018).

12. CARTEIRA DE CÂMBIO:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	5.151.754	6.200.359
Direitos sobre venda de câmbio	4.456.962	5.053.110
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	-	(1.100)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 a)	5.037	9.176
Total	<u>9.613.753</u>	<u>11.261.545</u>
Curto prazo	8.161.562	9.295.665
Longo prazo	1.452.191	1.965.880
Total	<u>9.613.753</u>	<u>11.261.545</u>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	4.668.860	5.601.105
Obrigações por compra de câmbio	5.106.432	5.654.148
Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exportação (nota explicativa nº 9 a)	(338.288)	(1.210.877)
Total	<u>9.437.004</u>	<u>10.044.376</u>
Curto prazo	7.916.087	8.036.220
Longo prazo	1.520.917	2.008.156
Total	<u>9.437.004</u>	<u>10.044.376</u>

13. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	1.395	1.434
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	-	202
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 21 c)	10.696	-
Devedores por depósitos em garantia (*)	438.196	447.690
Impostos e contribuições a compensar	71.741	60.697
Títulos e créditos a receber (nota explicativa nº 9 a) (***)	167.600	69.298
Títulos e créditos a receber - sem características de crédito (****)	192.804	-
Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 22 a)	2	2
Devedores diversos no exterior ligadas - partes relacionadas (**)	-	15.383
Devedores diversos no País	1.280	1.520
Outros	7.301	8.973
Total	891.015	605.199
Curto prazo	345.385	116.650
Longo prazo	545.630	488.549
Total	891.015	605.199

(*) Refere-se, basicamente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre operações de “Box quatro pontas”, totalizando R\$ 59.414 em 30 de junho de 2019 (R\$ 57.639 em 2018), a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 137.787 (R\$ 132.766 em 2018), e Pedidos de compensação de IRRF, totalizando R\$ 37.912 em junho de 2019 (R\$ 36.159 em 2018), auto de infração sobre os resultado na alienação de ações pela Desmutualização da Bovespa, totalizando R\$ 104.465.

(**) Refere-se a serviços prestados pelo Banco no exterior (nota explicativa nº 22 a).

(***) Refere-se a cessão de créditos sem coobrigação.

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

	2019	2018
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros (nota explicativa nº 21 a)	41.902	33.791
Impostos e contribuições a recolher	5.970	5.817
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 21 d)	79.716	96.923
Total	127.588	136.531
Curto prazo	75.887	103.432
Longo prazo	51.701	33.099
Total	127.588	136.531

c) Outras obrigações - diversas:

	2019	2018
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15. i) (**)	197.675	191.785
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15. i)	102.630	162.767
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15. i)	25.936	29.842
Provisão com despesas de pessoal	13.512	14.126
Provisão para despesas de publicação	57	82
Provisão para pagamentos a fornecedores	1.557	1.347
Provisão para despesas de advogados	81	-
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 10)	28.659	34.393
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 22 a)	29.503	28
Valores a pagar a fornecedores de bens objeto de arrendamento	4.597	1.300
Provisão para despesas de auditoria	408	309
Provisão para despesas de serviços técnicos especializados	693	846
Provisão para garantias prestadas (*)	63	2.934
Fundo garantidor de crédito	33.668	24.365
Outras	1.781	702
Total	<u>440.820</u>	<u>464.826</u>
Curto prazo	80.153	50.117
Longo prazo	<u>360.667</u>	<u>414.709</u>
Total	<u>440.820</u>	<u>464.826</u>

(*) Refere-se a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros totalizando em 30 de junho de 2019 R\$ 518.743 (R\$ 613.104 em 2018).

(**) Reclassificação para nota de outras obrigações - diversas, devido alteração de cosif conforme carta circular 3.782 do BACEN.

14. DESPESAS ANTECIPADAS

	2019	2018
Arrendamento mercantil	<u>1.470</u>	<u>2.116</u>
Total	<u>1.470</u>	<u>2.116</u>
Curto prazo	642	875
Longo prazo	<u>828</u>	<u>1.241</u>
Total	<u>1.470</u>	<u>2.116</u>

15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

As instituições provisionam integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras e atualização de acordo com a legislação vigente.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Saldos dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis constituídos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Riscos fiscais (nota explicativa nº 13 c)	197.675	191.785
Riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 c)	102.630	162.767
Riscos cíveis (nota explicativa nº 13 c)	25.936	29.842
Total	<u>326.241</u>	<u>384.394</u>

ii. Movimentação dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Em 30 de junho de 2019

	<u>Riscos fiscais e obrigações legais</u>	<u>Riscos trabalhistas</u>	<u>Riscos cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	194.314	143.038	28.043	365.395
Constituição (Nota Explicativa nº 25)	-	1.100	387	1.487
Baixas	-	-	-	-
Reversão (Nota Explicativa nº 24)	-	(41.681)	(2.604)	(44.285)
Atualização (Nota Explicativa nº 25)	3.361	173	110	3.644
Saldo final	<u>197.675</u>	<u>102.630</u>	<u>25.936</u>	<u>326.241</u>

Devedores por depósitos em garantia
(Nota explicativa nº 13 a)

375.936	53.192	9.068	438.196
---------	--------	-------	---------

Em 30 de junho de 2018

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	175.101	179.580	31.146	385.827
Constituição (Nota Explicativa n° 25)	16.624	5.797	727	23.148
Baixas	2	-	-	2
Reversão (Nota Explicativa n° 24)	(2.399)	(22.755)	(2.408)	(27.562)
Atualização (Nota Explicativa n° 25)	2.457	145	377	2.979
Saldo final	191.785	162.767	29.842	384.394

Devedores por depósitos em garantia (Nota explicativa n° 13 a)	371.189	69.316	7.185	447.690
---	---------	--------	-------	---------

iii. Detalhamento dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

Em 30 de junho de 2019

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	179.601	197.675	124.894	102.630	25.936	25.936
Perdas possíveis (b)	279.373	-	499.060	-	17.260	-
Perdas remotas	59.580	-	2.268	-	2.565	-
Total	518.554	197.675	626.222	102.630	45.761	25.936

Em 30 de junho de 2018

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
			Reapresentado			
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	175.160	191.785	187.312	162.767	29.842	29.842
Perdas possíveis (b)	246.532	-	749.331	-	19.310	-
Perdas remotas	87.812	-	65	-	11.217	-
Total	509.504	191.785	936.708	162.767	60.369	29.842

Contingências fiscais e obrigações legais:

Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos:

(a) Passivos contingentes classificados como risco de perda provável e obrigações legais

- Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente a abril de 1991 a março de 1992 – em 30 de junho de 2019 totalizou R\$ 902 (R\$ 4.100 em 2018);
- Alargamento da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS pela Lei 9.718/98 – em 30 de junho de 2019 totalizou R\$ 124.290 (R\$ 111.668 em 2018) no Consolidado;
- Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira (“Box quatro Pontas”) realizada em 1993 – em 30 de junho de 2019, totalizou R\$ 43.337 (R\$ 42.735 em 2018).
- Auto de Infração que discute a dedutibilidade de prejuízos em operações Day-Trade nas bases de IRPJ e CSLL em 1993 – em 30 de junho de 2019 totalizou R\$ 8.592 (R\$ 8.474 em 2018).
- Em 30 de Junho de 2018 foi criada provisão, no montante de R\$ 16.624, para registrar a diferença contábil nos depósitos judiciais e provisões para os casos com possibilidade de perda provável, em que o valor do depósito será automaticamente convertido em renda para a União. A diferença objeto do ajuste refere-se aos critérios aplicados na atualização dos depósitos frente aos de provisionamento. O Saldo em junho de 2019 era de R\$ 18.074

(b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Pedidos de compensação de IRRF – em 30 de junho de 2019 totalizou R\$ 37.912 (R\$ 36.159 em 2018);
- Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrados contra a controlada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente aos anos de 2008 e 2009 – em 30 de junho de 2019 totalizou R\$ 52.151 (R\$ 50.240 em 2018) no Consolidado;
- Cobrança para IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), para as quais foram previamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 15 ii - em 30 de junho de 2019 totalizou no Consolidado R\$ 122.025 (R\$ 116.482 em 2018);
- Auto de infração da Receita Federal do Brasil em dezembro de 2018 lavrado contra incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio referente aos anos de 2013 a 2017 no montante de R\$ 30.978 em Junho de 2019.

Trabalhistas:

Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras, bem como seus reflexos. Há também ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

Cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

Para a instituição Banco Soci  t   G  n  rale Brasil S/A as ações c  veis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão   constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprud  ncia de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jur  dicos. Já para as instituições Banco Cacique S/A e Banco Pec  nia S/A., essas ações são provisionadas com base na média histórica dos pagamentos efetuados.

16. DEPÓSITOS

	Dep�sitos � vista		Dep�sitos a prazo		Dep�sitos interfinanceiros		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Sem vencimento	4.148	6.715	-	-	-	-	4.148	6.715
At� 3 meses	-	-	112	239	-	60.052	112	60.291
De 3 meses a 1 ano	-	-	253.579	225.607	-	-	253.579	225.607
De 1 a 3 anos	-	-	5.917	69.954	-	-	5.917	69.954
De 3 a 5 anos	-	-	-	378	-	-	-	378
Total	<u>4.148</u>	<u>6.715</u>	<u>259.608</u>	<u>296.178</u>	<u>-</u>	<u>60.052</u>	<u>263.756</u>	<u>362.945</u>

17. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	Carteira de terceiros		Carteira de livre movimentac�o		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
A vencer at� 3 meses	7.000	433.032	16.646	242.555	23.646	675.587
Total	<u>7.000</u>	<u>433.032</u>	<u>16.646</u>	<u>242.555</u>	<u>23.646</u>	<u>675.587</u>

18. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2019		2018	
	Patrimonial	Resultado	Patrimonial	Resultado
Empréstimos:				
Obrigações por empréstimos no País	4.190	-	6.270	-
Obrigações em moeda estrangeiras - exportação e importação (a)	300.484	(9.195)	1.318.704	(143.067)
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b)	2.365.228	102.593	3.952.798	(878.276)
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	1.059.868	10.672	1.505.839	(183.970)
Subtotal	<u>3.729.770</u>	<u>104.070</u>	<u>6.783.611</u>	<u>(1.205.313)</u>
Repasse do País				
Finame	601	(18)	3.304	(54)
Repasse do exterior				
Obrigações por repasses no exterior (d)	52	(27)	265	(42)
Total	<u>3.730.423</u>	<u>104.025</u>	<u>6.787.180</u>	<u>(1.205.409)</u>
Curto prazo	3.580.206		6.149.253	
Longo prazo	150.217		637.927	
Total	<u>3.730.423</u>		<u>6.787.180</u>	

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-Cayman e Société Générale-New York com vencimentos até 2020 e para aplicação em desconto de letras de exportação, pré-financiamentos de exportações e financiamentos de importações, incorrendo em variação cambial, acrescida de juros de até 3,67% ao ano em 2019 (2,84% ao ano em 2018).

(b) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com a matriz do Banco, no exterior, vencíveis em 2019, sujeitos à variação cambial e juros de até 2,41% ao ano em 2019 (1,95% ao ano em 2018).

(c) Referem-se a empréstimos, centralizados com a Société Générale-Paris, Société Générale-New York e Société Générale-Cayman e Inter-American Development Bank, com vencimentos até 2021, sujeitos à variação cambial e a juros de até 3,93% ao ano em 2019 (2,86% ao ano em 2018).

(d) São representados por obrigações em moeda estrangeira, com a matriz do Banco, no exterior, com vencimento até 2019, sujeitos à variação cambial e juros de até 1,6% ao ano em 2019 e em 2018.

Para os empréstimos que foram feitos “hedges” de fluxo de caixa (nota explicativa nº 7 e.3) com derivativos no mercado futuro de “DDI” e “DI”, houve marcação a mercado no Banco com ajuste desfavorável de R\$ 5.126 (em 2018 desfavorável em R\$ 11.449).

19. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

	2019	2018
Descontos obtidos a diferir (*)	7.314	14.230
Comissão de operação em moeda estrangeira	969	1.841
Total	<u>8.283</u>	<u>16.071</u>

(*)Refere-se ao diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de operações de arrendamento mercantil.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2019 e de 2018, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929, estava representado por ações, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no País e exterior, composto da seguinte forma:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ações ordinárias	508.474	508.474
Ações preferenciais	508.474	508.474
Total	<u>1.016.948</u>	<u>1.016.948</u>

b) Dividendos

Conforme previsto no estatuto das instituições, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. O Conselho de Administração, através de Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% (vinte por cento) do capital social, ou poderá deixar de ser constituída no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social, conforme previsto no art. 193 da Lei 6.404/76.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos exercícios findos em 30 de junho de 2018 e 2019:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2019	2018	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias	164.555	54.410	164.555	54.410
Alíquota vigente	25%	25%	15% (*)	20% (*)
Receita (despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(41.140)	(13.603)	(24.682)	(10.882)
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:				
-Juros indedutíveis Lei 12.249/10	(11.693)	(6.285)	(7.016)	(5.028)
-Incentivo fiscal	(4)	(22)	(2)	(18)
-Outras despesas não dedutíveis	(57)	292	(194)	(191)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:				
Diferenças temporárias (a)				
-Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	9.788	540	5.872	433
-Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos	(1.868)	(4.154)	(1.120)	(3.323)
-(Provisão)/Reversão para despesas com SG Paris	(16)	(60)	(9)	(48)
-Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos	41.277	(847)	24.766	(678)
-Provisão para publicação de balanço	26	(1)	15	-
-Provisão Impairment de Ativo	(33.379)	-	(20.027)	-
-Provisão para Transfer Price Agreements	(1.550)	-	(930)	-
-Exclusão de receitas com atualização de depósitos judiciais	1.923	2.003	1.154	1.602
-(Provisão)/Reversão de bônus e PLR	1.603	1.064	961	851
-Honorários advocatícios	99	411	59	329
-Provisão Garantias	16	(166)	10	(133)
-Outras diferenças temporárias	(3.611)	4.966	11	(74)
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas exercícios anteriores	11.656	-	6.160	830
prejuízo fiscal e base negativa apurados no período	-	(1.598)	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no período	(26.930)	(17.460)	(14.972)	(16.330)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	2.278	7.266	(1.154)	9.625
Ajustes de imposto de renda e da contribuição social de outros exercícios	-	24.820	-	15.368
Total de imposto de renda e contribuição social	(24.652)	14.626	(16.126)	8.663

(*) Em outubro de 2015 entrou em vigor a Lei nº 13.169/15, que elevou a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) de instituições financeiras de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018.

O Grupo possui prejuízos fiscais em 30 de junho de 2019 de R\$ 87.371 (R\$ 134.510 em 2018) e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 569.883 (R\$ 614.905 em 2018), sobre os quais não foram contabilizados imposto de renda (25%) e contribuição social (15% em 2019 e 20% em 2018) diferidos no montante de R\$ 251.110 (R\$ 320.300 em 2018) e, conservadoramente, não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando o estudo técnico demonstre a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Ativo - Imposto de renda

	2.019	2.018
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-
Diferenças temporárias	-	-
TVMs Disponíveis para venda (art. 2 Circular BACEN 3068/01):	26.739	-
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	26.605	-
Ajuste a valor de Mercado-"hedge-cash flow hedge"	134	-
Total	26.739	-
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Crédito tributário constituído	<u>6.685</u>	<u>-</u>

Ativo - Contribuição social

Prejuízo fiscal e base negativa	-	-
Diferenças temporárias	-	-
TVMs Disponíveis para venda (art. 2 Circular BACEN 3068/01):	26.739	-
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	26.605	-
Ajuste a valor de Mercado-"hedge-cash flow hedge"	134	-
Total	26.739	-
Alíquota de contribuição social	15%	20%
Crédito tributário constituído	<u>4.011</u>	<u>-</u>

Total crédito tributário constituído (nota explicativa nº 13 a)	<u>10.696</u>	<u>-</u>
---	---------------	----------

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias:

	2019	2018
Saldo inicial	-	3.625
Adições	10.696	-
Baixas	-	(3.625)
Saldo final	<u>10.696</u>	<u>-</u>

d) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos:

	2019	2018
Saldo inicial	80.020	116.664
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- para negociação	-	(3.224)
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos - disponíveis para venda	838	(7.646)
Mercado futuro	(18)	375
Receitas com atualização de depósitos judiciais	3.077	(14.010)
Realização de superveniência de depreciação	<u>(4.201)</u>	<u>4.764</u>
Saldo final (Nota explicativa nº 13 b)	<u>79.716</u>	<u>96.923</u>

e) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos:

	Valor contábil Imposto de renda e contribuição social diferidos	
Ano	2019	2018
2019	54	-
2040	10.642	-
Total	<u>10.696</u>	<u>-</u>

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 2.128 em 30 de junho de 2019.

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

Contraparte	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2019	2018	2019	2018
Société Générale - Nova York:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	4.868	-	-	-
Obrigações em moeda estrangeira	-	(1.184.035)	-	(229.404)
Obrigações por empréstimos do exterior	(704.525)	(164.533)	(6.160)	(22.577)
Société Générale - Paris:				
Devedores diversos no exterior (*)	-	15.383	-	-
Credores diversos no exterior (**)	(29.462)	(28)	(5.167)	(25)
Obrigações em moeda estrangeira	(2.665.712)	(3.952.791)	(161.155)	(765.845)
Obrigações por empréstimos do exterior	(257.823)	(979.396)	(53.381)	(122.005)
Obrigações por repasses do exterior	(52)	(265)	(12)	(42)
Société Générale - Cayman:				
Obrigações por empréstimos do exterior	-	(264.903)	-	(32.617)
Obrigações em moeda estrangeira	-	(134.676)	-	(26.093)
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas	2	2	2	11
Depósitos à vista	(8)	(25)	-	-
Depósitos a prazo	(2.713)	(2.613)	(81)	(81)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista	(110)	(72)	-	-
Depósitos a prazo	-	-	-	(126)
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	44.781	(67.372)	23.517	(101.779)
Resumo por conta:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	4.868	-	-	-
Depósitos à vista	(118)	(97)	-	-
Depósitos a prazo	(2.713)	(2.613)	(81)	(207)
Devedores diversos no exterior (*)	-	15.383	-	-
Valores a receber de sociedades ligadas	2	2	2	11
Obrigações em moeda estrangeira	(2.665.712)	(5.271.502)	(161.155)	(1.021.342)
Credores diversos no exterior (**)	(29.503)	(28)	(5.167)	(25)
Obrigações por empréstimos do exterior	(962.348)	(1.408.832)	(59.541)	(177.199)
Obrigações por repasses do exterior	(52)	(265)	(12)	(42)
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	44.781	(67.372)	23.517	(101.779)
	(3.610.795)	(6.735.324)	(202.437)	(1.300.583)

(*) Nota explicativa nº 13 a

(**) Nota explicativa nº 13 c

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	2019	2018
Proventos	5.575	3.933
Contribuição ao INSS	1.205	870
Total	<u>6.780</u>	<u>4.803</u>

Outras informações

I - Conforme a legislação em vigor, as instituições não concedem empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

II - Participação acionária

A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	2019			2018		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Société Générale-Paris	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948
Total de ações	<u>508.474</u>	<u>508.474</u>	<u>1.016.948</u>	<u>508.474</u>	<u>508.474</u>	<u>1.016.948</u>

23. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas de água, energia e gás	15	43
Despesas de material	77	58
Despesas de serviços técnicos especializados	6.668	7.249
Despesas de processamento de dados	3.834	3.824
Despesas de serviços do sistema financeiro	7.269	6.812
Despesas de aluguéis	1.861	2.276
Despesas de serviços de terceiros	1.006	884
Despesas de manutenção e conservação de bens	424	392
Despesas de comunicações	690	841
Despesas de contribuições filantrópicas	422	484
Despesas de serviços de vigilância e segurança	66	63
Despesas de arrendamento	15	15
Despesas de seguros	3	23
Despesas com entidades de classe	501	450
Despesas de propaganda e publicidade	81	149
Despesas de publicações	39	71
Despesas de transportes	171	495
Despesas de promoções e relações públicas	75	238
Despesas de viagem	599	1.028
Despesas de depreciação e amortização	739	1.029
Despesas com auditoria	309	310
Despesas com custas judiciais	9.776	6.304
Despesas com prestação de serviços corporativos-exterior	2	41
Despesas com consultoria jurídica	2.406	4.061
Outras	523	582
Total	<u>37.571</u>	<u>37.722</u>

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	-	2.399
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	41.681	22.755
Reversão de provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	2.604	2.408
Atualização de créditos tributários	947	679
Atualização de depósitos judiciais	7.469	7.990
Atualização de depósitos trabalhistas	1.252	1.370
Atualização de depósitos cíveis	211	157
Atualização de contingências fiscais	142	-
Juros e multas	533	377
Reversão de provisão para despesa com pessoal	1.701	432
Reversão de provisão despesas de publicação	66	-
Reversão de provisão de auditoria externa	274	-
Receitas com cancelamento de contratos	-	22
Receitas pós incorporação de controlada	1.006	374
Prestação de serviços para o exterior	-	23
Prestação de serviços no exterior	1.280	-
Levantamento depósitos judiciais	771	-
Variação cambial	520	6
Reversão de provisão de PIS COFINS	-	38
Remuneração de serviços prestados	24	-
Reversão de provisão de plano de ações	-	347
Reversão de provisão de verbas indenizatórias	-	284
Reversão de provisão com serviços de consultoria	90	537
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	2.329	3.830
Receita sobre depósito judicial	10	-
Reversão de garantias prestadas	72	-
Reversão de provisão de garantias recebidas	-	96
Doações	-	100
Outras rec operacionais	36	264
Total	<u>63.018</u>	<u>44.488</u>

25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Prestação de serviços no exterior	7.482	-
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	-	16.624
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	3.361	2.457
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	1.100	5.797
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	173	145
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	387	727
Atualização de riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	110	377
Provisão para pagamento de gratificação	1.456	493
Provisão para despesas com publicação	40	42
Descontos concedidos	49	545
Variação cambial	3.363	4.984
Provisão para despesas com auditoria	207	-
Provisão para Garantias prestadas	7	759
Despesas com depósitos judiciais	-	2.426
Provisão para PLR	778	-
Outras	45	129
Total	18.558	35.505

(*) Provisão aplicada de acordo com metodologia estabelecida pela Resolução Banco Central 3.721/09 que qualifica as operações de garantias, avais e fianças prestadas como risco de crédito. Os valores de risco de crédito incorridos pelo Banco foram calculados pelos valores nominais garantidos atualizados para reais quando definidos em moeda estrangeira, deduzidos dos montantes das contra garantias emitidas por nossa Matriz.

26. LIMITES OPERACIONAIS

Acordo da Basiléia

O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basiléia (Basiléia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar.

Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de Outubro de 2013; entre eles constam:

- Resolução nº 4.193/13, nº 4.194/13 e nº 4.192/13- definem o Patrimônio de Referência Exigido (PRE);
- Circular nº 3.634/13 a nº 3.641/13, e nº 3.644/13 e nº 3.645/13 - define a Parcela de RWA;
- Circulares nº 3.634/13 a nº 3.647/13 - definem a exposição às parcelas de Juros (RWAjur-1 a RWAjur-4), Ações (RWAacs), “Commodities” (RWAcom) e Câmbio (RWAcam);
- Resolução nº 4.193/13 - define a Parcela de Risco Operacional (RWAopad)

Apuração dos limites de Basiléia – Consolidado

- Apuração dos limites de Basileia II

Rubrica	Sigla	Cálculo pelo critério atual	
		(Basileia II)	
		2019	2018
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR	1.460.911	1.395.855
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	365.744	473.921
Parcela do Risco das Posições "Banking Book"	RBAN	14.261	19.868
Valor da margem		1.080.906	902.066

- Parcelas que compõem o PRE

Parcela	2019		2018	
	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
RWACPAD	220.337	15%	328.124	24%
RWACAM	18.032	1%	3.381	0%
RWAJUR1	37.868	3%	10.195	1%
RWAJUR2	43.178	3%	82.437	6%
RWAJUR3	2.513	0%	3.765	0%
RWAJUR4	-	0%	-	0%
PCOM	-	0%	-	0%
PACS	-	0%	-	0%
RWAOPAD	43.816	3%	46.019	3%
Adicional BCB	-	0%	-	0%

- Extrapolação

	2019	2018
Índice alcançado	31,95%	25,40%

27. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em a es.

Os planos são classificados como pagamentos baseados em a es com liquida o em a es. Os planos de a es livres e diferidas são liquidados com entrega de a es do Société Générale (França).

A seguir, demonstramos os valores de posi o e moviment o dos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Plano de ações livres	1.917	1.757
Plano de ações diferidas	458	430
Total	<u>2.375</u>	<u>2.187</u>
Saldo no início do semestre	2.295	2.294
Constituição	80	240
Reversão	-	(347)
Saldo no fim do semestre	<u>2.375</u>	<u>2.187</u>

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribuição definida, o qual é administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários.

Durante o semestre encerrado em 30 de junho de 2019, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$ 462 (R\$ 437 em 2018) e pelos funcionários R\$ 545 (R\$ 568 em 2018).

b) I. Em 29 de dezembro de 2017 foi aprovada a Lei Complementar 157 que dispõe algumas alterações no ISS-Imposto sobre serviços, que passou a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2018. No contexto do arrendamento mercantil a controlada SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil avaliou os principais impactos, sendo eles: O ISS não será objeto de concessão de isenções, incentivos e ou benefícios tributários e/ou financeiros, inclusive na redução de sua base de cálculo; Em 30 de março de 2018 a Lei Complementar 157 foi revogada parcialmente e o recolhimento voltou a ser devido no domicílio do arrendador. II. Desde 1995, as instituições financeiras são obrigadas a manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco ponderado por fatores definidos na Resolução nº 2.099/94 e alterações complementares do BACEN. A apuração deste índice é feita de forma consolidada pela instituição líder com as instituições integrantes do Grupo Société Générale Brasil, de acordo com as normas vigentes.

29. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 30 de julho a controlada SG Equipement Finance S.A.-Arrendamento Mercantil firmou contrato de empréstimo com o Société Générale – Paris no montante de EUR 794.503,00 com vencimento em 2022, e em 07 de agosto firmou novo contrato de empréstimo com as mesmas características no montante de EUR 405.598,90 com vencimento para 2022.
